

SUSPENSÃO DE LIMINAR E DE SENTENÇA Nº 2.608 - DF (2019/0346204-7)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
REQUERENTE : VIAÇÃO OURO E PRATA S/A
ADVOGADO : CHAUKI EL HAOULI - DF013865
ADVOGADOS : GRAZIELE VIEIRA ISIDRO EL HAOULI - DF029674
TULIO EL HAOULI - DF039651
REQUERIDO : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIAO
INTERES. : GRAN EXPRESS TRANSPORTES E TURISMO LTDA
ADVOGADOS : LUCAS SAHÃO TURQUINO - DF032954
RITA DE CÁSSIA GUIMARÃES JANUZZI - DF034548
INTERES. : AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT

DECISÃO

VIAÇÃO OURO E PRATA S.A. requer a suspensão da decisão do Desembargador Federal Souza Prudente, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1), que, na Apelação n. 0045298-10.2015.4.01.3400, antecipou a tutela recursal para assegurar à Gran Express Transportes e Turismo Ltda. o direito à exploração do serviço de transporte interestadual de passageiros entre as cidades de Brasília (DF) e Novo Progresso (PA).

Na origem, a empresa Gran Express Transportes e Turismo Ltda. ajuizou ação declaratória em desfavor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), objetivando assegurar o direito de continuar explorando o referido serviço até a concessão de autorização especial por parte do Poder Público.

O Juízo da 4ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal julgou a ação improcedente, sob o fundamento de que, em razão de alteração do contexto normativo, não mais se justificaria a intervenção do Poder Judiciário na supressão de omissões administrativas.

Contra tal decisão, a autora interpôs recurso de apelação, no qual foi antecipada a tutela recursal para assegurar à apelante o direito de explorar o serviço no percurso em questão, uma vez que “afigura-se pública e notória a omissão do poder público, no sentido de dar-se eficácia ao comando constitucional, instaurando competente procedimento licitatório, do que resulta a precariedade dessa exploração pelas respectivas

empresas concessionárias, não se podendo admitir que os usuários de tais serviços continuem a suportar, indefinidamente, os prejuízos decorrentes de sua má qualidade” (fl. 74).

Daí o presente pedido de contracautela, em que a requerente afirma que a empresa beneficiada pela decisão impugnada fez uso de artilagem ao alegar que a população das localidades envolvidas está desassistida, uma vez que “é possível a integração dos serviços intermunicipais com os interestaduais já existentes e, além do mais, nem a CF/88, tampouco a lei obrigam que haja linha direta entre todos os municípios brasileiros” (fl. 6).

Argumenta que detém legitimidade ativa para ajuizamento do pleito suspensivo, pois pretende a tutela de interesse público ao impugnar decisão que gera danos ao patrimônio público, à ordem econômica e à integridade física dos usuários das linhas de ônibus que opera.

Alega que a decisão causa grave lesão “à ordem pública e administrativa, bem como à economia pública, o que abala de forma sistêmica do equilíbrio econômico-financeiro das permissões e autorizações das demais empresas transportadoras que exploram, por outorgas regulares, o transporte interestadual de passageiros por via rodoviária” (fl. 9).

É o relatório. Decido.

Compete ao presidente do tribunal ao qual couber o conhecimento do respectivo recurso suspender, em despacho fundamentado, a execução da liminar nas ações movidas contra o Poder Público ou seus agentes, a requerimento do Ministério Público ou da pessoa jurídica de direito público interessada, em caso de manifesto interesse público ou de flagrante ilegitimidade, e para evitar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas (art. 4º da Lei n. 8.437/1992).

Não obstante a clareza do comando normativo, excepcionalmente a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e a do Supremo Tribunal Federal admitem o reconhecimento da legitimidade ativa *ad causam* das pessoas jurídicas de direito privado, desde que no exercício de função delegada pelo Poder Público e evidente o interesse público envolvido decorrente da prestação do serviço delegado (AgRg no AgRg na SLS n. 1.955/DF, relator Ministro Francisco Falcão, Corte Especial, DJe de 29/4/2015).

Na espécie, verifica-se que a requerente é titular de autorização de serviço público. Apesar da argumentação de ocorrência de lesão à ordem, à economia e à

Superior Tribunal de Justiça

segurança públicas em razão do suposto abalo do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de permissão e autorização das demais empresas exploradoras do serviço em questão, bem como do alegado risco aos usuários do serviço, fica evidente a natureza privada do interesse da requerente de, na prática, impugnar outorga concedida a outra empresa para o transporte interestadual de passageiros por via rodoviária.

Dessa forma, a requerente não detém legitimidade para o ajuizamento do presente requerimento de suspensão de liminar e de sentença.

Ante o exposto, **não conheço do pedido de suspensão.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de dezembro de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente